

2021

Características socioespaciais dos municípios de atuação do PEA Rede Observação





Sumário

- 1 Introdução
- 2 Conflitos ambientais territoriais
- 3 Aspectos econômicos
- 4 Trabalho
- 5 Educação
- 6 Vulnerabilidade social
- 7 Produção agrícola
- 8 Resultados
- 9 Para seguir refletindo
- 10 Referências

INTRODUÇÃO

Conhecer o contexto espaço-temporal em que um grupo social está inserido é uma etapa fundamental para reflexão sobre possibilidades de organização e intervenções coletivas na realidade. Nesse sentido, as informações apresentadas neste texto visam contribuir para a compreensão de questões socioeconômicas relativas aos municípios de atuação do Projeto de Educação Ambiental (PEA) Rede Observação, sendo possível utilizar os elementos abordados como um ponto de partida para a problematização sobre as principais atividades econômicas, como esses aspectos influenciam na dinâmica territorial, assim como as condições sociais dos respectivos municípios.

Tendo isso em vista, o presente documento busca caracterizar os municípios da área de abrangência do PEA Rede Observação a partir das informações levantadas pelos Diagnósticos Situacionais de Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tais diagnósticos analisados para formulação do texto são resultantes de uma parceria entre a Petrobras e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A partir de fontes secundárias, como dados municipais oficiais obtidos principalmente através do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o levantamento de informações e indicadores abordados nos diagnósticos objetivava contribuir para o planejamento municipal e implementação de políticas públicas de forma alinhada aos ODS.

Embora os diagnósticos contemplem 116 municípios de atuação da Petrobras, foram considerados somente os 11 municípios da área de abrangência do PEA Rede Observação. São eles: Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana no estado do Rio de Janeiro, além de Presidente Kennedy e Itapemirim no Espírito Santo.

Os diagnósticos apresentam a Agenda 2030 e os 17 ODS como forma de contextualização sobre os parâmetros utilizados na verificação das situações municipais frente aos indicadores dos ODS. Após a contextualização, os diagnósticos revelam informações municipais sobre: caracterização do território; população; pobreza e vulnerabilidade social; desnutrição; saúde e bem-estar; educação; igualdade de gênero; água e saneamento; energia; trabalho, renda e crescimento econômico; desigualdade social; resíduos sólidos; segurança. Considerando a pertinência dos dados para o PEA Rede Observação, as informações sistematizadas se referem a aspectos econômicos, trabalho, educação, vulnerabilidade social e produtividade agrícola.

Ademais, outras fontes foram utilizadas para validar as informações constantes nos diagnósticos. A maioria dos sites oficiais das prefeituras municipais apresenta um sucinto histórico do uso e ocupação do solo, assim como as atividades econômicas que se destacam. Além dos sites, houve a contribuição de estudos socioeconômicos elaborados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE).

A partir desses dados o presente documento busca fazer uma breve caracterização dos municípios na área de atuação do Projeto. Porém, antes de apresentar essas informações, é importante evidenciar a pertinência delas no debate sobre conflitos ambientais.

CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS

Optamos por fazer uma descrição mais geral dos municípios, identificando elementos que interagem com a dinâmica dos grupos prioritários do PEA Rede Observação, visto que estes não estão inseridos de forma descontextualizada nos seus territórios. Cada município contém particularidades que o diferencia dos demais. Entretanto, suas características não existem de forma isolada, pois estão inseridas num contexto maior no tempo e no espaço.

Características geográficas, sociais, econômicas e culturais possibilitam identificar semelhanças que aproximam diferentes municípios. Partindo do entendimento de região enquanto uma construção intelectual para análise da realidade a partir de determinados critérios que assemelham locais, o fato de os municípios integrantes do PEA Rede Observação estarem localizados na Bacia de Campos e serem impactados pela cadeia produtiva de petróleo e gás reforça o caráter regional do Projeto, que se propõem a trabalhar em rede.

O levantamento de características apresentadas a seguir possibilita a identificação das atividades prioritárias por parte do poder público e como isso interfere nos territórios tradicionais. Há uma relação intrínseca entre os fatores socioeconômicos, os impactos ambientais e os conflitos ambientais territoriais existentes. Vale ressaltar que a temática dos conflitos ambientais é transversal à atuação do PEA Rede Observação, sendo um tema gerador regional do projeto e que une os 11 Observatórios localizados nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. Essa unidade é viável em função do aspecto conflituoso da nossa sociedade. Ou seja, a existência de conflitos ambientais é algo estrutural, inerente à sociedade urbano industrial, não sendo exclusividade de um único município. Porém, isso não significa que todos os conflitos sejam iguais, afinal, há especificidades dos atores sociais inseridos nos conflitos, assim como as singularidades dos territórios em disputa.

No que diz respeito ao referencial teórico, o projeto se apoia na definição de conflitos ambientais territoriais descrita por Zhou e Laschefski (2010). Enquanto o conceito de conflito ambiental aborda de uma forma mais abrangente a disputa entre grupos sociais com assimetria de poder na apropriação material e simbólica da natureza, os conflitos ambientais territoriais enfatizam o caráter espacial dessas disputas.

O território é uma fração do espaço apropriada por um sujeito e é onde a cultura ganha materialidade. A expansão de determinadas atividades econômicas, como a indústria do petróleo, é um agente transformador da organização territorial legitimado pelo Estado e que impacta nas possibilidades de reprodução de modos de vida tradicionais existentes sobre um mesmo recorte espacial. Essa situação exemplifica e evidencia a concepção de conflitos ambientais territoriais, pois, entende-se que os conflitos são considerados territoriais quando há uma sobreposição de práticas sociais, marcadas por identidades e lógicas culturais divergentes, no mesmo recorte espacial.

Devido à privatização de territórios apropriados por comunidades tradicionais, o comprometimento da coexistência de diferentes práticas leva a reivindicações dos grupos sociais impactados. Nota-se, assim, uma contraposição entre a lógica de dominação, que considera o valor de troca, e os espaços de apropriação, onde o valor de uso predomina e é característico dos territórios das comunidades tradicionais.

As formas de ação dos atores sociais frente a situações de conflito não se restringem ao enfrentamento explícito e institucional. Apesar de o PEA Rede Observação incentivar e apoiar a participação dos grupos sociais prioritários em espaços formais de decisão, como, por exemplo, conselhos, comitês e audiências públicas, vale reforçar que os conflitos ambientais ocorrem ainda que não estejam institucionalizados e judicializados, podendo se manifestar apenas no plano simbólico e das representações sociais.

ASPECTOS ECONÔMICOS

O primeiro ponto a ser exposto diz respeito aos aspectos econômicos. O estado do Rio de Janeiro tem o segundo maior PIB do país, sendo os setores da indústria e de serviços os maiores propulsores. Embora a agropecuária não seja tão relevante a nível estadual, existe um bom desempenho na produção de cana de açúcar, hortaliças e frutas em alguns municípios. O turismo no estado é significativo, já que o Rio de Janeiro é um dos destinos mais procurados. O setor de serviços é o maior destaque, pois representa quase 70% do PIB do estado. A indústria, que corresponde aproximadamente a 30% do PIB do estado, tem como principais segmentos a petroquímica, a metalurgia, a siderurgia, a indústria automobilística e a de máquinas e equipamentos. Nesse sentido, quando há queda do preço do petróleo, a economia estadual é fortemente afetada, visto que os royalties e participações especiais do petróleo e gás natural são a segunda fonte mais importante de receita do governo do estado.

O estado do Espírito Santo, por sua vez, possui uma economia fortemente baseada nas atividades portuárias de exportação e importação, na indústria de celulose e de rochas ornamentais, e na exploração de petróleo e gás natural. Na área da agricultura, o estado destaca-se por ser um dos maiores produtores de café do Brasil.

No que diz respeito ao PIB por setor, as informações levantadas a partir de dados desagregados do IBGE de 2017 identificam as principais áreas que impulsionam o desenvolvimento econômico local. Nos municípios de Armação dos Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé, Campos dos Goytacazes e São João da Barra os setores de maior importância para o PIB municipal são o setor de serviços, seguido pela indústria, administração pública e, com pouca relevância, a agropecuária. Araruama, também tem o setor de serviços como maior destaque, mas em segundo lugar está a administração pública, seguida pela indústria e, por último, a agropecuária.

Arraial do Cabo e São Francisco de Itabapoana têm a administração pública como principal setor, seguido pelo de serviços. Entretanto, em Arraial do Cabo a indústria localiza-se à frente da agropecuária, enquanto São Francisco de Itabapoana tem a agropecuária como terceiro lugar dentre os principais setores, estando à frente da indústria.

Os municípios localizados no Espírito Santo se diferenciam dos municípios fluminenses, visto que o setor principal em Presidente Kennedy e Itapemirim é o de indústrias, seguido por serviços, administração pública e agropecuária.

Em relação às principais atividades econômicas, é possível notar semelhanças que aproximam os diferentes municípios situados na Bacia de Campos. Os municípios localizados na região da Baixada Litorânea, como Araruama, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios e Cabo Frio, têm uma economia fortemente baseada no turismo. Embora Araruama seja o principal produtor de cítricos do estado e possua uma variedade de frutos do mar, os setores rurais e pesqueiros representam uma parcela da economia municipal. Arraial do Cabo, que era uma vila de pescadores, teve sua economia local modificada a partir da implantação da Companhia Nacional de Álcalis e da expansão do turismo. Armação dos Búzios destaca-se por ser um dos destinos mais procurados no estado do Rio de Janeiro. Além disso, também a extração de sal marinho e a pesca contribuem para a economia do município. Em Cabo Frio, além do turismo há presença significativa da pesca, vestuário, extração de petróleo, agricultura, agropecuária e artesanato.

Nos municípios do Norte Fluminense a relação com a cadeia produtiva de petróleo e gás é mais explícita. O município de Rio das Ostras cresceu bastante com as receitas dos royalties do petróleo, que representam um percentual expressivo para os cofres municipais. Além das rendas petrolíferas, o setor de serviços, indústria e turismo também contribuem economicamente. Evidenciando a relação da economia municipal com a essa cadeia produtiva, a prefeitura municipal investiu na estruturação de uma Zona Especial de Negócios (ZEN), um distrito composto por diversas empresas vinculadas, principalmente, à cadeia de petróleo e gás.

O município de Macaé, conhecido como a “capital do petróleo”, foi escolhido como sede da Petrobras na Bacia de Campos na década de 1970. Essa escolha foi acompanhada da instalação de inúmeras empresas offshore que atuam no ramo do petróleo e gás, bem como de hotéis, restaurantes e estabelecimentos do setor de serviços, alterando significativamente a dinâmica territorial de Macaé.

A economia de Campos dos Goytacazes está baseada principalmente na exploração e produção de petróleo e gás natural, visto que o município recebe rendas petrolíferas por ser produtor confrontante, com localização privilegiada em relação a campos de petróleo de alta produção, assim como beneficiário afetado pelas instalações de embarque e desembarque. Ademais, também contribuem para economia municipal a geração de energia elétrica, a agricultura e o turismo.

Até a década de 1970 a atividade predominante em São João da Barra era a agroindústria do açúcar, mas com o declínio da atividade a economia municipal dependia da indústria de bebidas e alimentos e alguns serviços como o turismo. A descoberta do petróleo na década de 1970 e, posteriormente, a construção do Complexo Portuário do Açú transformaram a economia de São João da Barra. Atualmente está relacionada aos setores de administração pública, serviços, construção civil e indústria de transformação.

Diferente dos demais municípios do Norte Fluminense, São Francisco de Itabapoana tem sua economia baseada principalmente na agricultura, pecuária e pesca. O setor secundário não é muito desenvolvido no município, havendo algumas fábricas de produção de farinha de mandioca e uma indústria energética, com a presença do único parque eólico do Sudeste.

A economia de Presidente Kennedy e Itapemirim baseia-se principalmente na indústria e no setor de serviços. Os dois municípios estão entre os maiores beneficiados com os royalties da indústria do petróleo, fato que contribui para a geração de um elevadíssimo PIB municipal.

A imagem a seguir mostra os principais contribuintes para as economias municipais. É possível notar como muitas atividades se repetem de acordo com a proximidade geográfica.



Turismo

Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; Rio das Ostras; Campos dos Goytacazes; São Francisco de Itabapoana

Pesca

Araruama; Armação dos Búzios; Arraial do Cabo; Cabo Frio; São Francisco de Itabapoana

Petróleo e gás

Cabo Frio; Rio das Ostras; Macaé; Campos dos Goytacazes

Serviços

Rio das Ostras; Macaé; São João da Barra; Presidente Kennedy; Itapemirim

Agricultura

Araruama; Cabo Frio; Campos dos Goytacazes; São Francisco de Itabapoana

Indústria

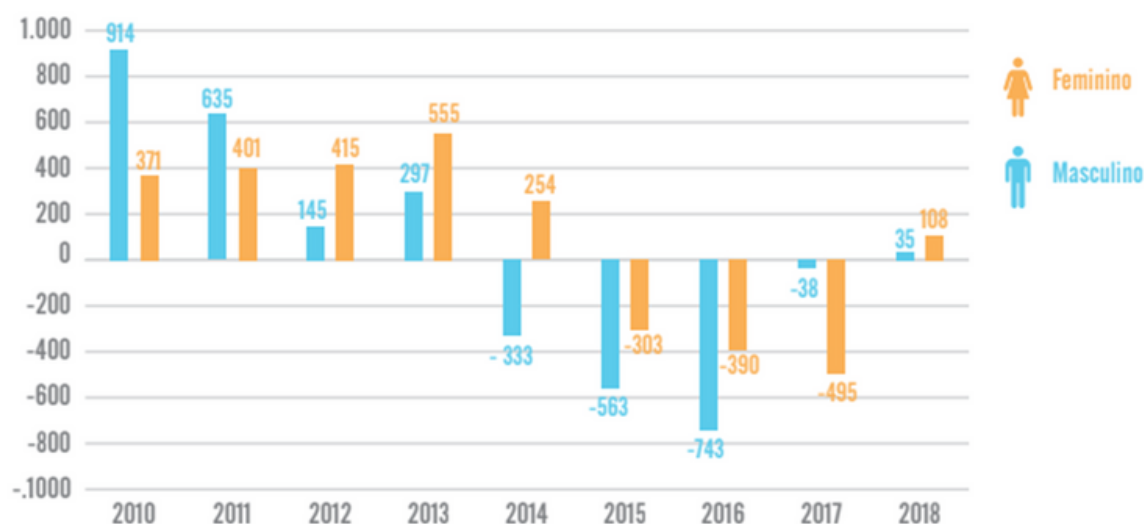
Rio das Ostras; Macaé; São João da Barra; Presidente Kennedy; Itapemirim

Vale ressaltar que essas não são as únicas atividades econômicas presentes nos municípios ou as mais importantes independente do grupo social. Elas se destacam por serem as atividades que oficialmente mais contribuem para movimentar a economia municipal e, por isso, influenciam nas tomadas de decisões. A interação entre o enraizamento territorial, material, de rede e social são percebidos na organização territorial. Ou seja, fatores como, por exemplo, a consolidação da atividade no território, estrutura prévia ou viabilidade de sua expansão, localização estratégica, existência de recursos materiais, naturais e humanos, retorno financeiro, interação com outros agentes econômicos, origens socioculturais dos agentes, dentre outros, contribuem para que sejam realizados investimentos a fim de garantir a manutenção e expansão dessas atividades, muitas vezes em detrimento de outras atividades não hegemônicas, gerando os conflitos ambientais territoriais.

TRABALHO

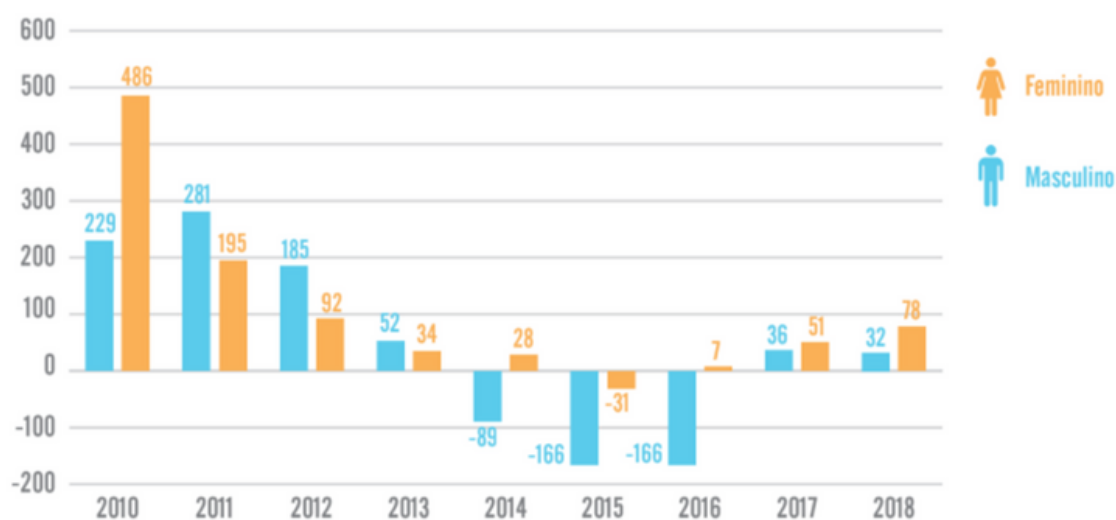
Para obtenção do saldo total de empregos formais foram utilizados dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED – Ministério da Economia) no recorte temporal de 2010 a 2018. Esse saldo é calculado pela diferença entre admissões e desligamentos de trabalhadores, ou seja, o número de novas contratações de trabalhadores menos o número de demissões. As imagens a seguir foram retiradas dos Diagnósticos Situacionais de Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e mostram as oscilações do saldo de empregos entre homens e mulheres nos municípios contemplados pelo PEA Rede Observação.

Saldo total de empregos formais no município de **Araruama**, por sexo, de 2010 a 2018



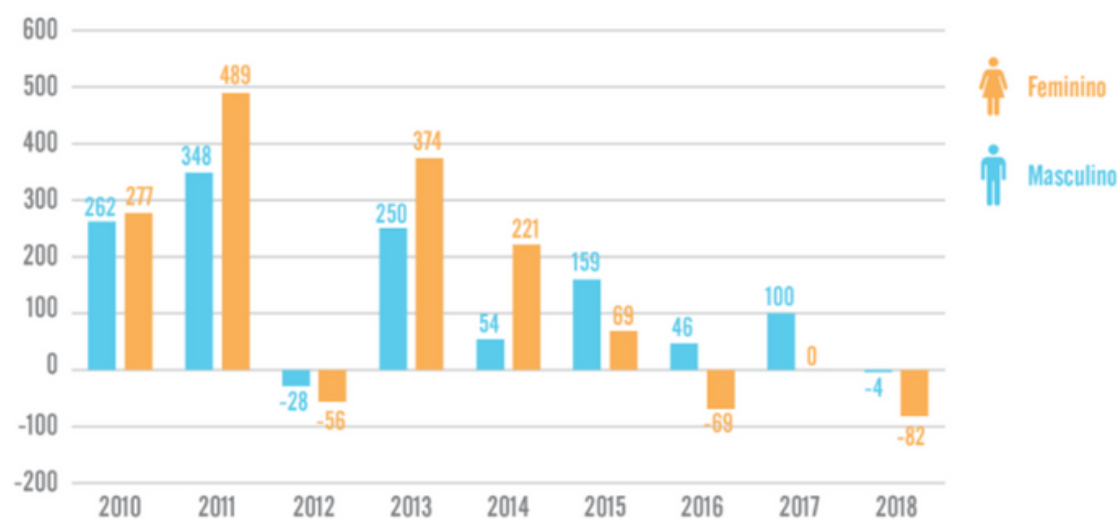
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Arraial do Cabo**, por sexo, de 2010 a 2018



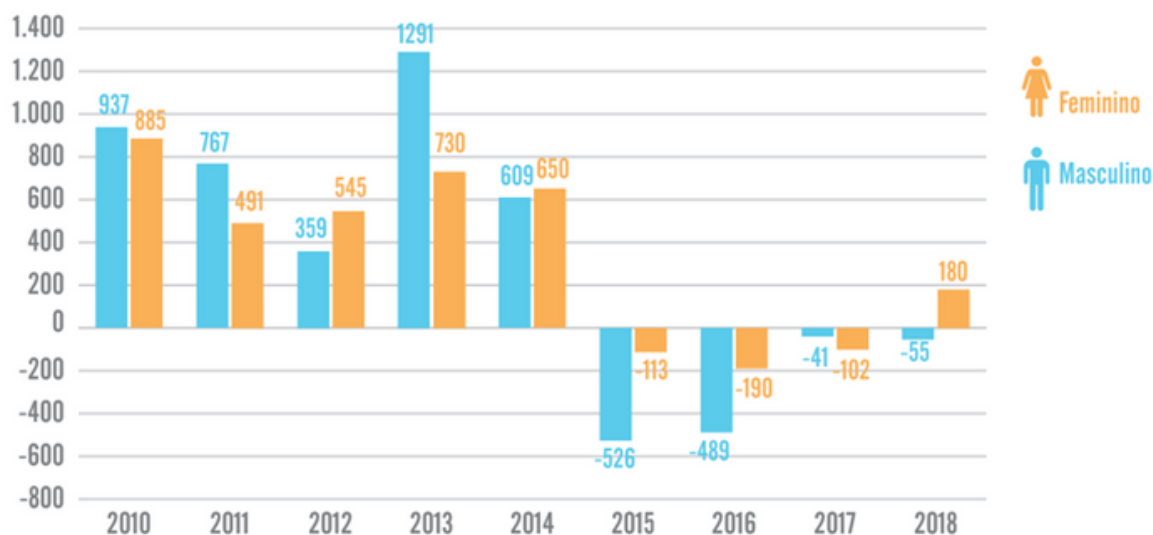
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Armação dos Búzios**, por sexo, de 2010 a 2018



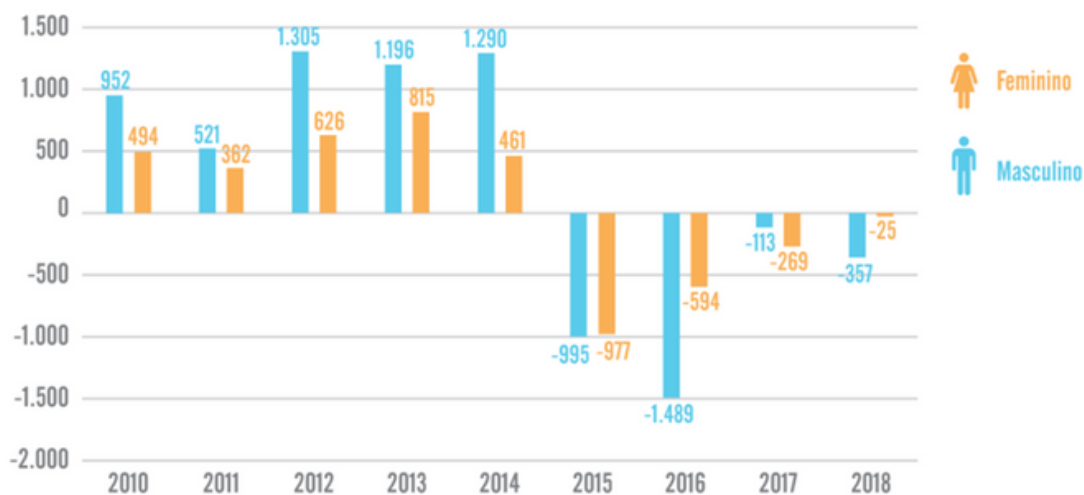
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Cabo Frio**, por sexo, de 2010 a 2018



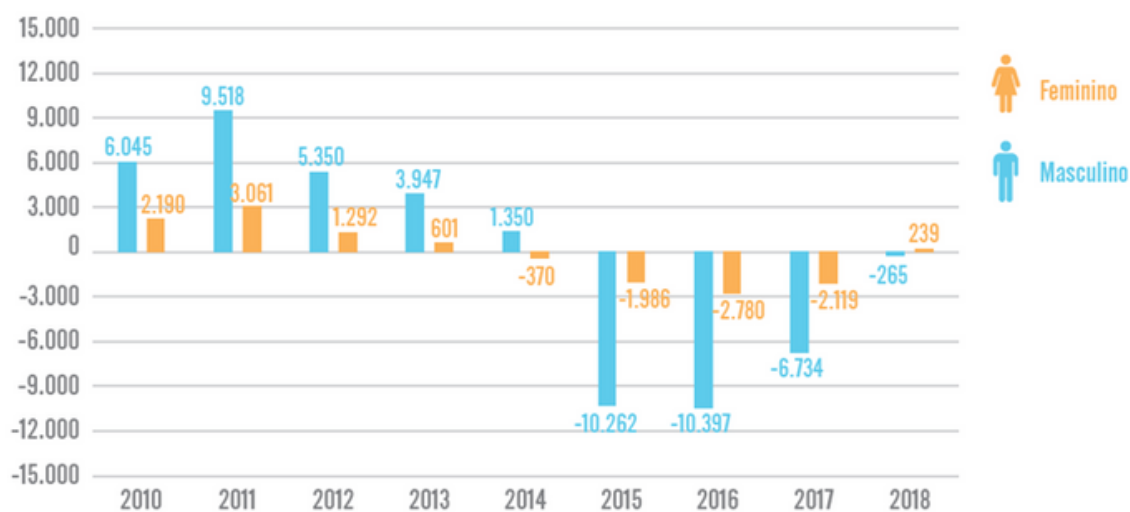
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Rio das Ostras**, por sexo, de 2010 a 2018



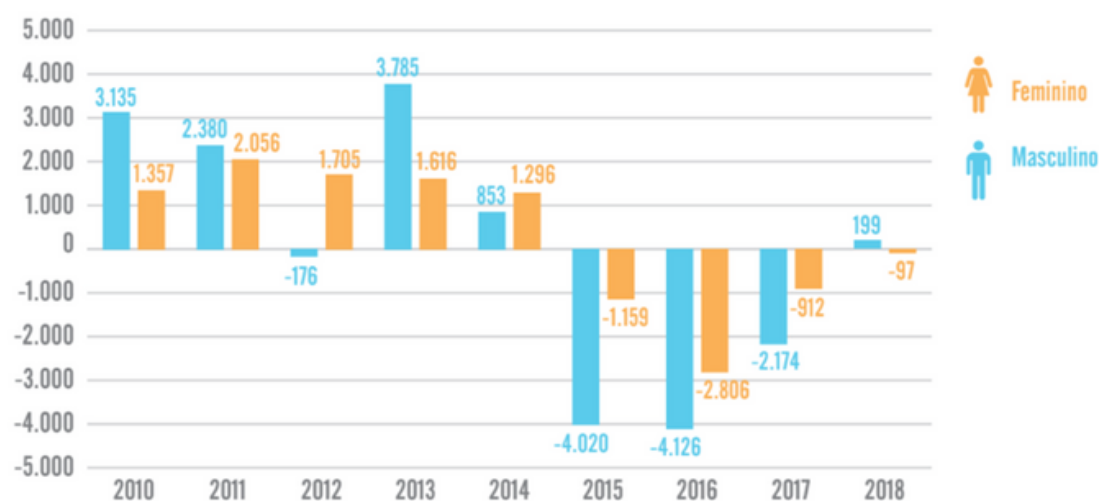
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Macaé**, por sexo, de 2010 a 2018



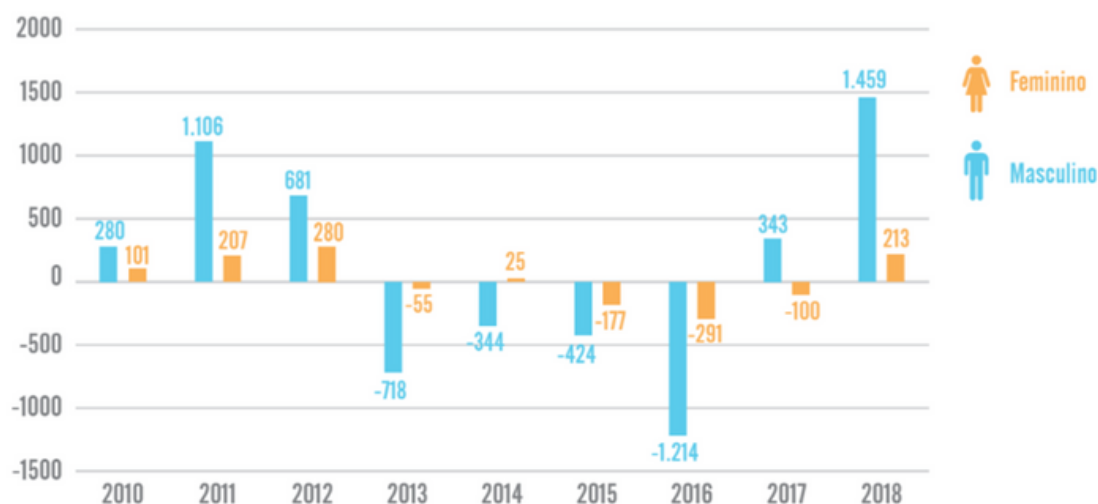
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Campos dos Goytacazes**, por sexo, de 2010 a 2018



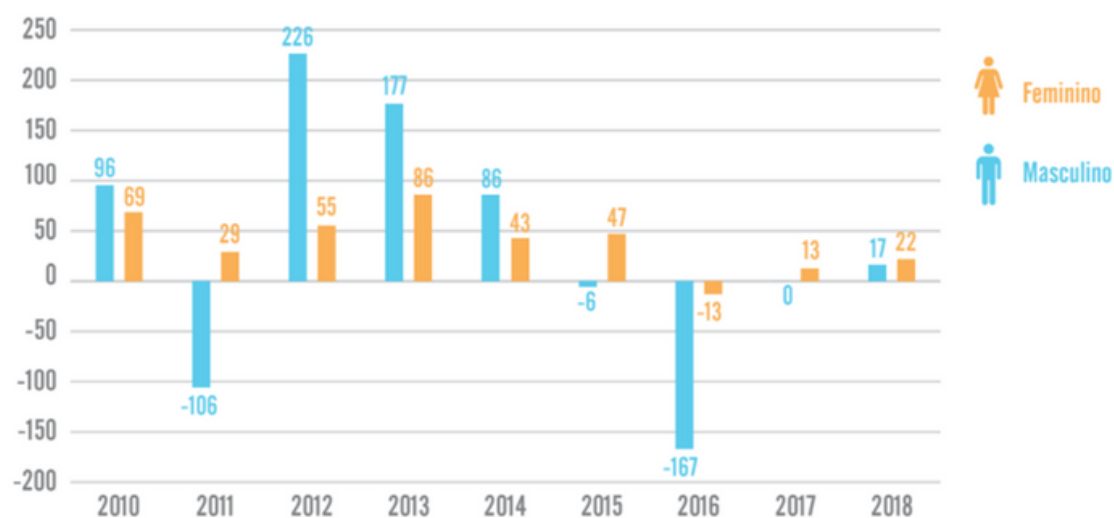
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **São João da Barra**, por sexo, de 2010 a 2018



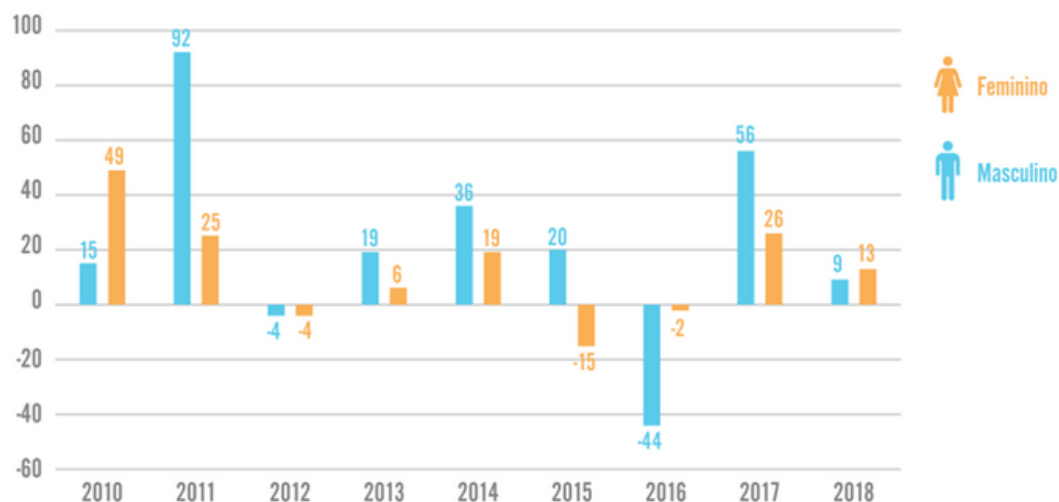
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **São Francisco de Itabapoana**, por sexo, de 2010 a 2018



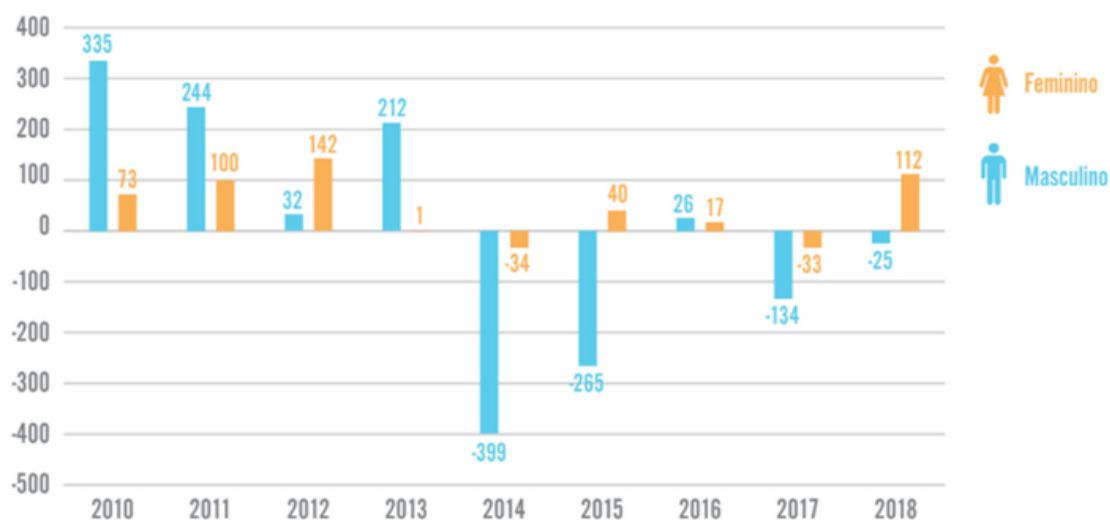
Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Presidente Kennedy**, por sexo, de 2010 a 2018



Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

Saldo total de empregos formais no município de **Itapemirim**, por sexo, de 2010 a 2018



Fonte: CAGED/PDET/Ministério do Trabalho.

A partir das imagens exibidas acima é possível notar como os municípios que têm uma relação direta e maior dependência do setor de petróleo e gás, como Cabo Frio, Rio das Ostras, Macaé e Campos dos Goytacazes, foram impactados com a queda do preço do petróleo iniciada no final de 2014 e pela consequente quebra dessa indústria em 2015. Nos municípios em que os empregos formais ocorrem nesse setor, houve um saldo negativo expressivo nos anos de 2015 e 2016, evidenciando a forte relação do mercado de trabalho formal com a cadeia produtiva de petróleo e gás.

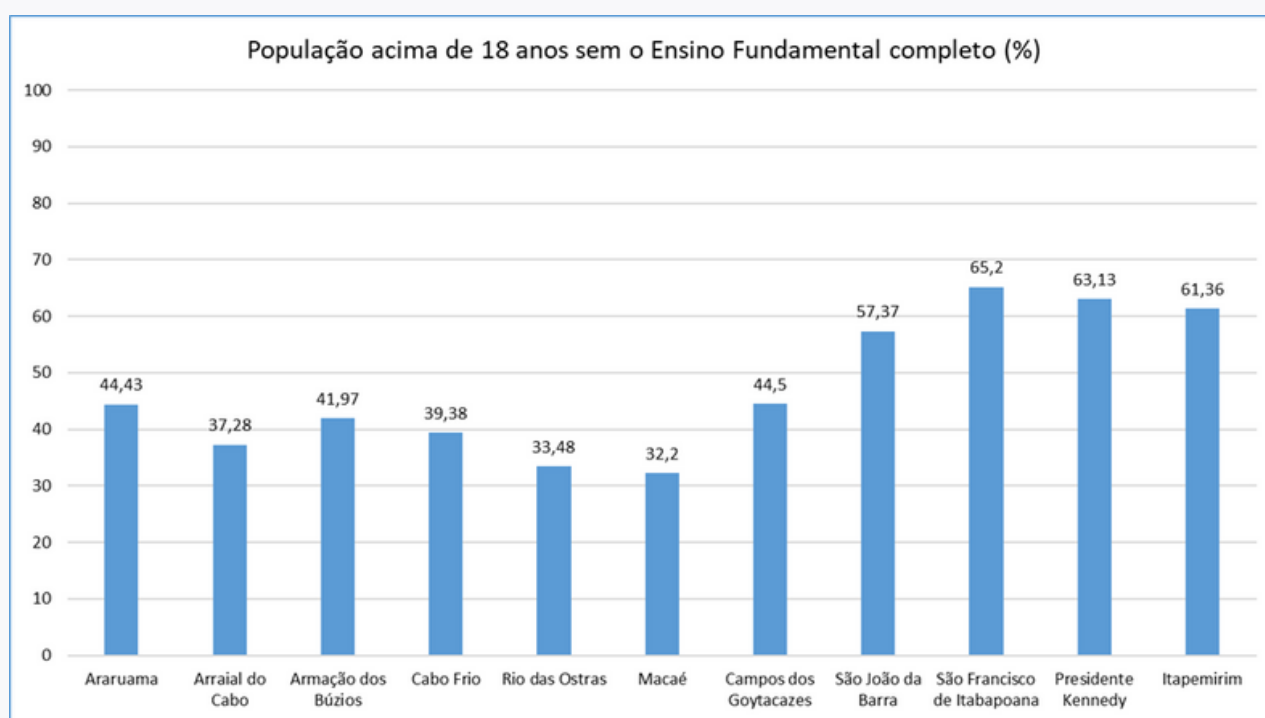
Entretanto, a relação de dependência com essa cadeia produtiva não se resume à geração/destruição de emprego e renda de maneira direta, visto que o efeito cascata de uma economia aquecida ou desaquecida também interfere de maneira indireta no trabalho formal e informal. Nesse sentido, o consumo de produtos e serviços fica vinculado ao desempenho da cadeia produtiva de petróleo e gás, reforçando sua influência na dinâmica e na economia local.

Vale ressaltar também que o preço do petróleo interfere no orçamento de municípios que recebem rendas petrolíferas. Como é uma mercadoria cujo preço é volátil, quando há uma queda no seu preço, o bem-estar da população é comprometido, além de haver uma insustentabilidade no pagamento de trabalhadores terceirizados que dependem do repasse dessas rendas. Portanto, quanto maior a dependência municipal desse setor, maior a instabilidade econômica, refletindo em consequências para a população.

Outro ponto que merece destaque é como a dinâmica populacional também se relaciona com esse setor. Como uma das principais causas de migração se refere a aspectos econômicos, as oportunidades de emprego e renda são fatores de atração, quando a economia está em alta, e fatores de repulsão, quando está em baixa.

EDUCAÇÃO

A educação é outro fator que influencia no enraizamento de diferentes atividades econômicas. Para obtenção dos dados referentes ao nível de escolaridade dos adultos nos municípios foi utilizado o Censo Demográfico do IBGE de 2010. Como foi o último censo realizado, existe uma fragilidade no que diz respeito à exatidão, visto que há um intervalo de 12 anos no fornecimento desses dados oficiais. O gráfico a seguir ilustra o percentual da população dos respectivos municípios acima de 18 anos sem o ensino fundamental completo.



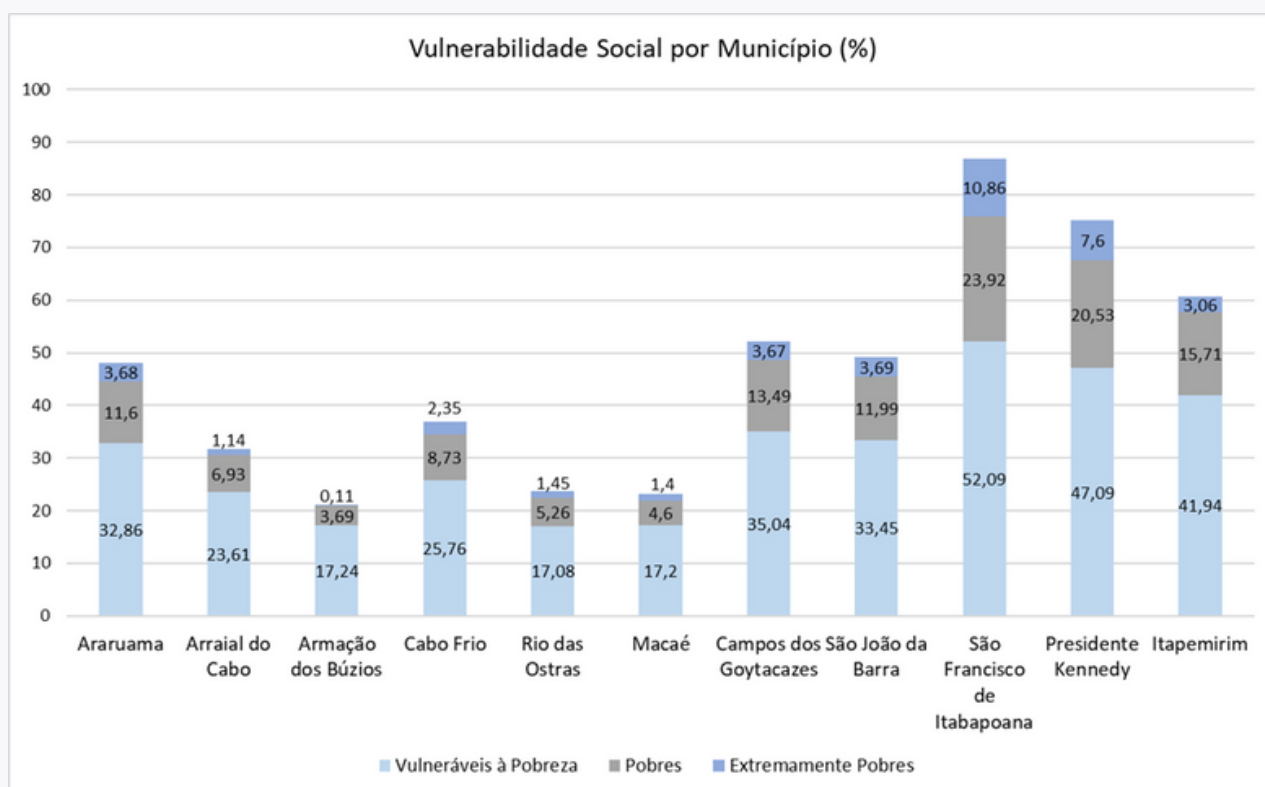
Como é possível observar no gráfico, os municípios de São Francisco de Itabapoana, Presidente Kennedy e Itapemirim apresentam as maiores taxas de pessoas acima de 18 anos sem o ensino fundamental completo. A baixa escolaridade da população tem reflexo na dificuldade de absorção da mão de obra local para empregos que exigem maior qualificação e, conseqüentemente, são mais remunerados. Assim, ainda que os empreendimentos aleguem gerar impactos positivos para a população local devido às oportunidades de emprego e renda, essas oportunidades se restringem, em sua maioria, a empregos mal remunerados.

VULNERABILIDADE SOCIAL

Em relação à vulnerabilidade social, foram observadas as taxas de pobreza, extrema pobreza, assim como o percentual de indivíduos vulneráveis à pobreza. Esta categoria é relevante, pois os indivíduos que estão nessa situação são mais suscetíveis a pioras em sua qualidade de vida quando ocorrem mudanças no contexto econômico e social, havendo riscos de essas pessoas regredirem para a situação de pobreza e sofrerem restrições no acesso a seus direitos.

Os dados de pobreza apontados nos diagnósticos estão embasados nas definições do Programa Bolsa Família e seus valores foram calculados com base em agosto de 2010. A classificação de pessoas em situação de extrema pobreza diz respeito à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$70,00 mensais. A classificação de pessoas em situação de pobreza refere-se à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00 mensais. Os vulneráveis à pobreza são aqueles indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais, equivalente a meio salário-mínimo na época.

Como não há dados recentes para os municípios em relação à pobreza, o gráfico a seguir apresenta o percentual de pessoas vulneráveis à pobreza, pobres e extremamente pobres de acordo com o último Censo Demográfico do IBGE, realizado em 2010.



Conforme observado no gráfico, os municípios de São Francisco de Itabapoana (RJ), Presidente Kennedy (ES) e Itapemirim (ES) encontram-se em um cenário alarmante, com mais de 60% da sua população em situação de vulnerabilidade. A nível de comparação com dados estaduais, no ano de 2010 o estado do Rio de Janeiro tinha 1,98% da população em condições de pobreza extrema e 7,23% na linha de pobreza. O estado do Espírito Santo tinha 2,67% da população em condições de pobreza extrema, e 9,53% na linha de pobreza. Vale destacar que esses três municípios também apresentam os piores índices em relação ao nível de escolaridade de sua população, visto que a vulnerabilidade social está associada não só a trabalho e renda, mas também à infraestrutura urbana e capital humano, como acesso à educação, pois essas dimensões são interligadas.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Os dados relativos à produtividade agrícola foram obtidos a partir do Censo Agropecuário de 2017, em que foi feito um levantamento dos estabelecimentos rurais classificados como sendo de agricultores familiares. Segundo esse censo, o estado do Rio de Janeiro tem 65.224 estabelecimentos agropecuários, dos quais 43.786 foram classificados como de agricultura familiar, representando 67,23% do total do estado. O estado do Espírito Santo, por sua vez, dos 108.014 estabelecimentos agropecuários, 80.775 são de agricultura familiar, o que corresponde a 74,78% do total do estado.

Na tabela a seguir observa-se a quantidade de estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar e os principais produtos agrícolas por município. Embora os diagnósticos situacionais utilizados como base para formulação do presente documento identifiquem o quantitativo de estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar por município, com exceção de Arraial do Cabo e Campos dos Goytacazes, não é apresentado o número total de estabelecimentos. Com isso, não é possível identificar o percentual da agricultura familiar em relação a outras formas de organização.

Outra fragilidade diz respeito aos principais produtos agrícolas, visto que eles são apresentados considerando todos os tipos de estabelecimentos rurais, ou seja, não necessariamente somente a produção familiar. Nesse sentido, apresenta números relativos à agricultura familiar, mas os produtos agrícolas referentes a qualquer tipo de estabelecimento rural.



Município	Estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar	Principais produtos agrícolas
Araruama	391	Cana de açúcar, laranja e limão
Arraial do Cabo	6	Por ser um município completamente urbano, não há dados sobre sua produtividade agrícola
Armação dos Búzios	14	Mandioca, banana e limão
Cabo Frio	248	Cana de açúcar, mandioca, coco e banana
Rio das Ostras	95	Feijão, mandioca e banana
Macaé	484	Milho, banana e feijão
Campos dos Goytacazes	4.972. Representa 63,8% de todos os tipos de estabelecimentos rurais do município, que em 2017 totalizavam 7.789	97,74% da área agrícola destinada à produção de cana de açúcar
São João da Barra	542	Abacaxi, cana de açúcar e coco da baía

Município	Estabelecimentos rurais classificados como de agricultura familiar	Principais produtos agrícolas
São Francisco de Itabapoana	2.886	A maior produção agrícola municipal, incluindo todos os tipos de estabelecimentos rurais foi de cana de açúcar, abacaxi e mandioca. É o maior produtor de abacaxi e mandioca do estado (em quantidade) e o 2º maior produtor nacional de abacaxi. O município também tem uma grande quantidade de plantações de feijão, milho, melancia, abóbora, maracujá, coco da baía e goiaba
Presidente Kennedy	433	Abacaxi, mandioca e cana de açúcar
Itapemirim	680	Cana de açúcar, mandioca e café

RESULTADOS

A cadeia produtiva de petróleo e gás reconfigura territórios e gera os macroimpactos listados no Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC. São eles: dinâmica demográfica; pressão sobre a infraestrutura urbana, social e de serviços; ocupação e uso do solo; ocupação do espaço marinho; royalties. Como fatores sociais, econômicos, políticos, culturais e naturais estão entrelaçados, produzindo a complexidade do arranjo espacial que conhecemos, a inserção de novas atividades econômicas e empreendimentos em determinado ambiente provoca impactos. Ou seja, causa consequências.

Esses impactos alteram a dinâmica socioespacial. Por exemplo, a modificação no fluxo de pessoas ocasiona um aumento populacional em determinadas áreas, enquanto há um esvaziamento de outros locais. Isso ocorre tanto a nível intermunicipal, como dentro dos próprios municípios. Como pontos interligados, estão associados impactos como crescimento demográfico e a chegada de pessoas com culturas diferentes, pressão sobre serviços públicos, pressão sobre o uso e ocupação do solo, ocupação irregular, especulação imobiliária, gentrificação, aumento da desigualdade social, aumento da violência, assim como a degradação ambiental.

Essa relação entre as características apresentadas e os impactos associados se apoia, principalmente, no Diagnóstico Participativo do PEA-BC e na apostila Impactos e problemas: O que temos em comum? Construindo entendimentos coletivos e unidade de ação entre Observatórios. Tal apostila é a materialização de uma construção coletiva de conhecimento sobre os impactos da cadeia produtiva de petróleo e gás, realizada através do processo educativo do PEA Observação. No ano de 2019 foram executadas diversas atividades que objetivavam a identificação e a reflexão sobre esses impactos através da participação ativa dos sujeitos prioritários da ação educativa.

O enraizamento da cadeia produtiva de petróleo e gás modifica a dinâmica econômica e vai aumentando a dependência em relação ao petróleo, influenciando no planejamento urbano, descaracterizando territórios tradicionais, interferindo na identidade desses grupos, impactando o modo de vida das comunidades tradicionais e prejudicando a manutenção de suas atividades.

Nesse sentido, a injustiça ambiental sofrida pelos grupos tradicionais, que são impactados de maneira desproporcional por essa cadeia produtiva, está relacionada à vulnerabilidade ambiental desses grupos. Ou seja, a dependência dos recursos naturais para reprodução do modo de vida, o nível de acesso a direitos sociais, além da capacidade de organização e intervenção nas decisões políticas, são fatores relevantes no que diz respeito aos casos de injustiça ambiental e na existência dos conflitos ambientais territoriais.

Portanto, a sistematização das informações referentes às atividades econômicas municipais e regionais que são priorizadas por parte do poder público, assim como das características socioeconômicas e do espaço rural, podem contribuir na compreensão de como esses fatores se relacionam com o enraizamento da cadeia produtiva de petróleo e gás e outras atividades econômicas presentes nos territórios em disputa.

PARA SEGUIR REFLETINDO

Conforme apontado na introdução, o presente texto não tem como objetivo ser um fim em si mesmo, mas um ponto de partida para a problematização e reflexão sobre alguns elementos que constituem os 11 municípios e como esses aspectos influenciam na dinâmica territorial.

As conexões entre as características sociais, econômicas, políticas e culturais com o enraizamento da cadeia produtiva de petróleo e gás ao longo dos municípios da Bacia de Campos devem ser transbordadas durante o processo educativo com os grupos prioritários do PEA Rede Observação, de forma a contribuir na compreensão dos impactos e conflitos, caminhando, assim, para uma intervenção qualificada em direção à mitigação. Nesse sentido, o papel de um observatório popular que aglutina formação, pesquisa, produção de informações e intervenção social é evidenciado.

REFERÊNCIAS

PETROBRAS. Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC. Rio de Janeiro: Soma, 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Araruama – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Armação dos Búzios – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Arraial do Cabo – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

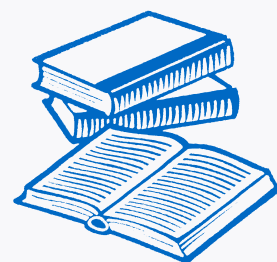
PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Cabo Frio – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Campos dos Goytacazes – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Itapemirim – Espírito Santo. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Macaé – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – Presidente Kennedy – Espírito Santo. Brasília: PNUD, 2020.



PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – São Francisco de Itabapoana – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Territorialização e aceleração dos ODS: diagnóstico situacional de indicadores ODS – São João da Barra – Rio de Janeiro. Brasília: PNUD, 2020.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL OBSERVAÇÃO. Impactos e problemas: o que temos em comum? Construindo entendimentos coletivos e unidade de ação entre observatórios. PEA-CP. – Rio de Janeiro, RJ: PetroRio, 2020.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Estudos socioeconômicos. Disponível em: <https://www.tcerj.tc.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos>. Acesso em: dezembro de 2021.

ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.



O PEA Rede Observação é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama.